

## AÇÕES AFIRMATIVAS E A INCLUSÃO EM EVENTOS ACADÊMICOS CIENTÍFICOS

*AFFIRMATIVE ACTIONS AND INCLUSION IN SCIENTIFIC ACADEMIC EVENTS*

**Celene Maria Longo da Silva** - Departamento Materno-Infantil, Universidade Federal de Pelotas – Pelotas, Rio Grande do Sul, Brasil. Graduação em medicina pela Universidade Federal de Santa Maria, mestrado e doutorado em Epidemiologia pela Universidade Federal de Pelotas. Residência Médica em Obstetrícia e Ginecologia (UFPEL). Professora associada da Universidade Federal de Pelotas. Coordenadora da Liga de Obstetrícia e Ginecologia (LAGO UFPEL) desde sua fundação em 2013. Líder do grupo de pesquisa em Ginecologia e Obstetrícia (UFPEL), na área de medicina III, atuando principalmente nos seguintes temas: câncer de colo uterino, colposcopia, saúde da mulher, síndrome pré-menstrual e ensino médico. Médica ginecologista em Consultório Médico, com área de atuação em Patologia do Trato Genital Inferior e Colposcopia e Endoscopia Ginecológica. E-mail: celene.longo@gmail.com.

**Thales Moura de Assis** - Universidade Federal de Pelotas – Pelotas, Rio Grande do Sul, Brasil. Discendente do curso de medicina da Universidade Federal de Pelotas, Bolsista do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica / Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (PIBIC / CNPq), Enfrentamento do Diabetes Mellitus na UBS Areal Leste. E-mail: thales.moura@ymail.com.

### RESUMO

**Introdução:** O Brasil é um país de desigualdades, as quais acarretam, como consequência, na dificuldade relativa ao ingresso no ensino superior, sobretudo nas Universidades Federais. Como mecanismo destinado à atenuação desta prerrogativa foram criadas as ações afirmativas. A ação de extensão “I Congresso Online da LAGO-UFPEL” corresponde a uma ação afirmativa em prol da inclusão, pois o preço módico praticado viabilizou, aos interessados, o acesso ao evento. Este estudo tem por objetivo descrever como as ações afirmativas podem facilitar a participação de discentes em eventos como congresso médico. **Metodologia:** Estudo descritivo explorador com abordagem quantitativa. Foram aplicados 1020 questionários para participantes do “I Congresso Online da LAGO-UFPEL” através do *Google Forms*, elencou dois focos: perfil e acessibilidade dos ouvintes. **Resultado:** Dos participantes da pesquisa, 34% nunca participaram de congresso por motivos financeiros, dos que já estiveram 34% tiveram dificuldade com custo para participarem. Se o evento fosse presencial, 65,2% não poderiam participar e, desses, 38% por motivos com custos de despesas. Ao serem indagados sobre valores, 65% não pagaria mais do que R\$ 50,00 pelo evento e, destes, 51% pelo motivo de não terem condições financeiras para arcarem com o pagamento. **Conclusão:** É importante defender a política de ações afirmativas dentro das Universidades e na sociedade, pois muitas pessoas não são incluídas em espaços de ensino acadêmico por motivos financeiros. Dados estatísticos sobre a falta de acesso às atividades extracurriculares por motivos financeiros são ainda escassos. A ampliação das oportunidades de acesso aos eventos científicos permitirá que mais discentes possam se atualizar e agregar conhecimento a sua respectiva educação.

**Palavras-chaves:** inclusão; medicina; ações afirmativa; congresso; ginecologia e obstetrícia.

## ABSTRACT

**Introduction:** Brazil is a country of inequalities, which, as a consequence, leads to difficulties related to entering higher education, especially in Federal Universities. Affirmative actions were created as a mechanism to mitigate this prerogative. The extension action “I Online Congress of LAGO-UFPEL” corresponds to an affirmative action in favor of inclusion, since the reasonable price practiced made it possible for interested parties to access the event. This study aims to describe how affirmative actions can facilitate the participation of students in events such as a medical congress. **Methodology:** Descriptive exploratory study with a quantitative approach. 1020 questionnaires were applied to participants of the “I Online Congress of LAGO-UFPEL” through Google Forms, listing two focuses: profile and accessibility of listeners. **Result:** Of the survey participants, 34% never participated in a congress for financial reasons, of those who were already 34% had difficulty with the cost to participate. If the event were in person, 65.2% would not be able to participate and, of these, 38% due to expenses. When asked about values, 65% would not pay more than R \$ 50.00 for the event and, of these, 51% for the reason of not having the financial conditions to cover the payment. **Conclusion:** It is important to defend the policy of affirmative actions within Universities and in society, as many people are not included in academic teaching spaces for financial reasons. Statistical data on the lack of access to extracurricular activities for financial reasons are still scarce. The expansion of opportunities for access to scientific events will allow more students to update themselves and add knowledge to their respective education.

**Keywords:** inclusion; medicine; affirmative action; congress; gynecology and obstetrics.

## INTRODUÇÃO

O Brasil é um país de desigualdades presentes em muitos espaços da sociedade (BRITO, 2008) e, em detrimento disso, surgem algumas consequências com as quais a maioria da população convive, tais como a dificuldade do ingresso ao ensino superior, sobretudo nas Universidades Federais. Para resolver essa questão histórica, foram criadas ações que ajudassem a amenizar a falta de equidade em que vivemos, entre elas as ações afirmativas. Em 2008, das 236 instituições de ensino superior (IES) públicas, 79 delas participaram da incorporação dessas ações inclusivas (BELLETATI, 2011), as quais buscam corrigir erros históricos em nosso país, fazendo com que as pessoas tenham mais aproximações e oportunidades daquilo que almejam para si.

As ações afirmativas surgiram, na Índia, com as reservas de cotas, por volta de 1950, para a população mais excluída das castas indianas: os dalits (SANTOS, 2012). Nessa perspectiva, através do Decreto nº 7.234, de 19 de julho de 2010, foi criado no Brasil o Plano Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), que tinha por finalidade atenuar o histórico de desigualdade social no qual o país se encontrava – ainda presente no país – assegurando a permanência e o término da graduação a alunos em condições socioeconômicas menos favoráveis, tornando menos discrepante o esforço em se manterem em uma IES (instituição de ensino superior) quando este é comparado à realidade de uma outra parcela da população, assim diminuindo os números de evasão no ensino superior através de ações como os auxílios: alimentação, moradia, transporte, inclusão digital, por exemplo (BRASIL, 2010a).

Na tentativa de reduzir as desigualdades no Brasil, para contribuir com a criação do PNAES, outras ações afirmativas com igual objetivo de promover condições para que integrantes dessas mesmas comunidades menos favorecidas foram criadas, como a Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012, a qual implementa a reserva de vagas em IES (BRASIL, 2012), assegurando que a crescente

desigualdade propiciasse lugar à equidade para que estudantes vulneráveis acessem e permaneçam na universidade.

Diante disso, a Universidade embasada no indissociável tripé pesquisa-ensino-extensão (GONÇALVES, 2015), também devem promover ações afirmativas que visam a ampliação da inclusão daquele público que depende dos auxílios estudantis, tal como a oferta de editais de seleção para projetos que possam ser contemplados com bolsas. O Decreto nº 7.416, de 30 de dezembro de 2010, regulamenta a concessão de bolsas de desenvolvimento de atividades de ensino e de extensão universitária, o qual usa de suas atribuições para promover o acesso e a permanência no curso superior, voltada aos discentes em condições de vulnerabilidade socioeconômica (BRASIL, 2010b), ajudando a minimizar as desigualdades que existem dentro da academia.

Os projetos de extensão, desenvolvidos pelas instituições de ensino superior, têm por objetivo aproximar a universidade da sociedade, independente da sua abrangência ser local, regional ou nacional. Nesse contexto, na Inglaterra do século XIX, iniciou a Extensão Universitária na forma de “educação continuada”, voltada para adultos que não tinham acesso ao meio acadêmico (NOGUEIRA, 2005). O retorno que ocorre por parte da comunidade acadêmica destinado à comunidade externa é importante porque a ciência é uma das bases essenciais para a sociedade. Logo, o que se espera das escolas superiores é que estas busquem pelo fortalecimento do elo comunidade-universidade a fim de que o benefício dessas ações seja mútuo (RODRIGUES *et al.*, 2013). Portanto, mostrar e aplicar o conhecimento que está sendo produzido pela academia para as pessoas que têm pouco ou nenhum contato frequente com o ensino superior é um ganho para o país.

A junção dos projetos e ações de extensão com ações afirmativas podem e devem ser usadas como ferramentas para a redução das desigualdades existentes no Brasil. É nessa perspectiva que uma determinada ação, cadastrada em um projeto de extensão da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), foi criada para que se realizasse o “I Congresso Online da LAGO-UFPEL”. Em alinhamento com as restrições sociais preconizadas para o combate contra o novo coronavírus, esse evento ocorreu de forma remota, em congruência com as demandas do Brasil e do mundo (ARRUDA, 2020). A ação de extensão teve três delineamentos que ajudaram a construí-la: 1) o intuito de levar informações, não só para acadêmicos – independente da área afim – mas também para todos aqueles que tivessem interesse nas questões envolvendo a saúde da mulher; 2) através do congresso, angariar fundos para que estes fossem convertidos em doações de materiais para as maternidades de Pelotas que atendem o Sistema Único de Saúde (SUS) e 3) pelo evento ser pago, primou-se para que fosse um valor acessível para todos, sobretudo para os acadêmicos, pois entendeu-se que, dentro da Universidade, temos um espectro muito grande de pessoas com restrições socioeconômicas importantes, vetando-se por isso que fossem cobrados valores exorbitantes como acontece em vários congressos científicos na modalidade online.

A ação denominada “I Congresso Online da LAGO-UFPEL” firmou-se por incluir a diversidade de públicos na área da saúde, além de levar os projetos de extensão desenvolvidos à comunidade. De igual importância, a reunião de ações de extensão de natureza afirmativa corroborou o compromisso das Universidades em face às necessidades da sociedade.

Este estudo tem por objetivo descrever as ações afirmativas que podem facilitar a participação de discentes em eventos científicos, como congressos médicos.

## METODOLOGIA

Este estudo foi delineado como descritivo explorador, com abordagem quantitativa.

O “I Congresso On-line da LAGO-UFPEL” ocorreu de forma remota, organizado por alunos dos cursos de medicina de Pelotas e participantes da Liga Acadêmica de Ginecologia e Obstetrícia (LAGO). A plataforma Even 3 foi local de execução do congresso. O evento teve custo de R\$ 5,00 para alunos que integram ligas acadêmicas em qualquer local do país, aqui denominados de parceiros<sup>1</sup>; R\$ 10,00 para estudantes de qualquer curso; R\$ 20,00 para profissionais da saúde e R\$ 50,00 para inscritos solidários<sup>2</sup>. A arrecadação tinha por objetivo captar verba para a aquisição e doação de materiais para as maternidades que atendiam SUS na cidade de Pelotas – Rio Grande do Sul. O baixo custo dos ingressos, para os estudantes, tinha por finalidade estimular e facilitar a participação deles em eventos de cunho científico – também, aos ligantes da LAGO que não pudessem dispor dessa quantia, foi ofertado cortesias mediante manifestação, porque se entende que é importante que propostas de projetos (ensino e extensão) possam ter as ações afirmativas em sua elaboração, a fim de incluir pessoas em vulnerabilidade social. O sítio do evento: [www.congressolagoufpel.com.br](http://www.congressolagoufpel.com.br).

A coleta dos dados aconteceu por meio de questionário on-line, pré-estratificado, do *Google Forms* aos 1020 inscritos no evento. Para a aplicação da ferramenta, e-mail e número de telefone foram utilizados, ocorreram em três etapas: 1) o e-mail da LAGO-UFPEL foi a primeira via de envio do formulário a todos os participantes inscritos, 2) a ferramenta de envio de mensagem, aos usuários cadastrados na plataforma Even3, foi a segunda tentativa e 3) a última aplicação foi pelo aplicativo *WhatsApp*.

Para conhecer melhor os inscritos no evento, foram considerados dois panoramas: perfil dos inscritos e acessibilidade: 1) para avaliação do perfil dos usuários, foi perguntado a idade, sexo, em qual estado reside (fora da pandemia), ocupação, área de trabalho, área de estudo, localidade da instituição de ensino, tipo de instituição de ensino (particular ou pública), se participa de liga acadêmica e se havia interesse prévio na ginecologia e obstetrícia; 2) a acessibilidade foi avaliada por: você já participou de algum congresso científico presencial?; Caso nunca tenha participado, qual o motivo?; Se você já participou de eventos presenciais, precisou superar alguma das seguintes dificuldades para participar?; Caso este evento fosse mais caro, marque o limite do valor que você pagaria por um evento on-line; Por qual motivo principal não pagaria mais do que R\$ 100,00 reais?; Se não estivéssemos em uma pandemia e o “I Congresso Online da LAGO-UFPEL” fosse presencial, em Pelotas, você teria condições de ir?

Os resultados encontrados foram convertidos em planilha do *Excel* e extraídos para o programa *Stata 15.1*, no qual foram realizadas as análises estatísticas.

Em se tratar de estudo descritivo explorador, com abordagem quantitativa, os riscos aos participantes foram mínimos e qualquer desconforto que o participante sentisse em sua participação ele teve a opção de não validar as respostas no final do questionário, sem que isso implicasse em nenhuma limitação de acesso ou perda de privacidade. Para minimizar os riscos de desistência, a pesquisa foi explicada objetivamente no termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE), disponibilizado no início do questionário.

Este estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Faculdade de Medicina da Universidade Federal de Pelotas, sob o número de projeto 3492. Os participantes tiveram acesso e ciência do TCLE, o qual estava explícito no *Google Forms*.

1. Membros de instituições parceiras do evento tiveram direito a cupons de desconto de 50% referente ao valor da categoria estudante.

2. Essa categoria teve o mesmo acesso ao evento, o valor de contribuição adicional foi considerado como doação para as maternidades SUS de Pelotas/RS.

## RESULTADOS

Das 1311 inscrições, 1020 foram confirmadas – amostra deste estudo - dessas 868 eram estudantes, 136 profissionais da saúde e 16 foram inscritos solidários. Os elegíveis para o estudo foram todos os participantes com inscrições confirmadas. A aplicação do questionário foi realizada em três momentos: primeiro foi usado e-mail da liga acadêmica convidando ao preenchimento do questionário e retornaram 84 respostas, a segunda estratégia usada foi o envio de mensagem pela plataforma *Even3* e mais 58 respostas foram identificadas e, por último, a aplicação se deu através do aplicativo *WhatsApp* com 42 retornos, totalizando 184 respostas (18%) entre os 1020 inscritos.

Nessa amostra do estudo, encontramos que 47% (n=86) dos que responderam ao questionário, tinham idade entre 20 e 24 anos e 85% (n=157) são do sexo feminino. Em relação ao local de residência, 46% (n=85) são oriundos da região Sul do país.

Quanto à ocupação dos ouvintes, eram 81% (n=149) acadêmicos da área da saúde e 15% (n=27) profissionais da saúde. A respeito dos graduandos, 61% (n=101) cursavam medicina; 56% (n=91) dos discentes estudavam em outro estado que não o Rio Grande do Sul, sendo que grande parte desses 37% (n=36) moram na região Sudeste; 58% (n=94) estudam em instituição privada e 57% (n=92) participavam de alguma liga acadêmica de ginecologia e obstetrícia no momento do evento. Ainda, sobre a ocupação, dos 15% de profissionais da saúde que assistiram as palestras, 54% (n=19) eram da enfermagem.

Ademais, de todos os que responderam ao questionário, 91% (n=168) tinham interesse prévio pelo estudo da ginecologia e obstetrícia (Tab. 1).

**Tabela 1 – Características da amostra**

<b>VARIÁVEIS</b>	<b>N</b>	<b>%</b>
<b>Idade</b>		
17 a 19	14	7,5
20 a 24	86	47,0
25 a 29	22	12,0
30 a 34	27	14,5
35 a 59	35	19,0
<b>Sexo</b>		
Feminino	157	85
Masculino	27	15
Outros	0	0
<b>Região</b>		
Sul	85	46
Sudeste	48	26
Norte	11	6
Nordeste	37	20
Centro-Oeste	3	2
<b>Ocupação</b>		
Acadêmico de demais graus	2	1
Acadêmico de pós-graduação	2	1
Acadêmico área da saúde	149	81
Acadêmico outras áreas	1	1

<b>VARIÁVEIS</b>	<b>N</b>	<b>%</b>
Profissional área da saúde	27	15
Profissional de outras áreas	2	1
<b>Área de trabalho</b>		
Enfermagem	19	54
Fisioterapia	1	3
Obstetriz	1	3
Medicina	7	20
Outra área	7	20
<b>Área de estudo</b>		
Enfermagem	37	25
Fisioterapia	8	5
Medicina	101	68
Obstetrícia	2	1
Terapia ocupacional	2	1
<b>Local da instituição de ensino</b>		
Pelotas	49	30
Outras cidades do RS	22	13
Outros estados	91	56
Fora do País	2	1
<b>Local da instituição de ensino em Outros estados*</b>		
Sul	15	16
Sudeste	36	37
Norte	9	9
Nordeste	34	35
Centro-Oeste	3	3
<b>Tipo de instituição de ensino</b>		
Privada	94	58
Pública	67	42
<b>Participa de liga acadêmica</b>		
Sim	92	57
Não	69	43
<b>Interesse prévio em ginecologia e obstetrícia</b>		
Sim	168	91
Não	16	9

\*Pergunta referente a quem, anteriormente, havia respondido que estudava em outro estado.

**Fonte:** Autores

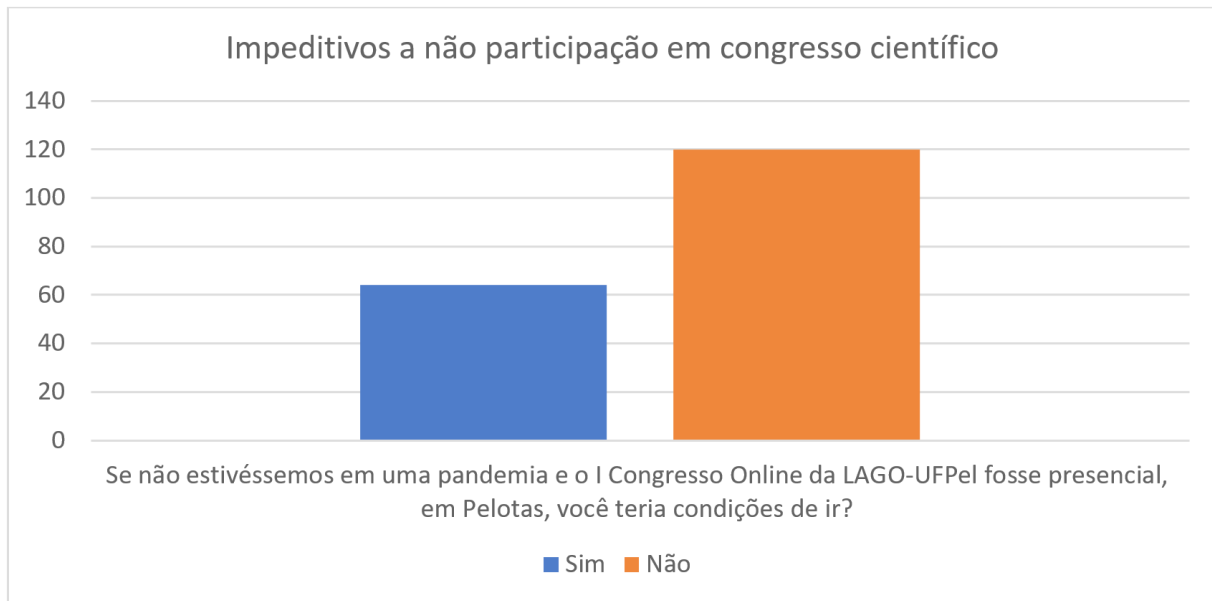
No que se refere ao acesso, 34% relataram questões financeiras como principal motivo para nunca terem participado de um congresso científico presencial e 20% alegam que a distância foi outro impeditivo. Aqueles que estiveram, presencialmente, em algum evento acadêmico, 34% disseram que o custo foi uma dificuldade para participação e 26% alegaram que a distância era outro obstáculo (Tab. 2).

**Tabela 2** – Variáveis que avaliam o acesso a congresso científico

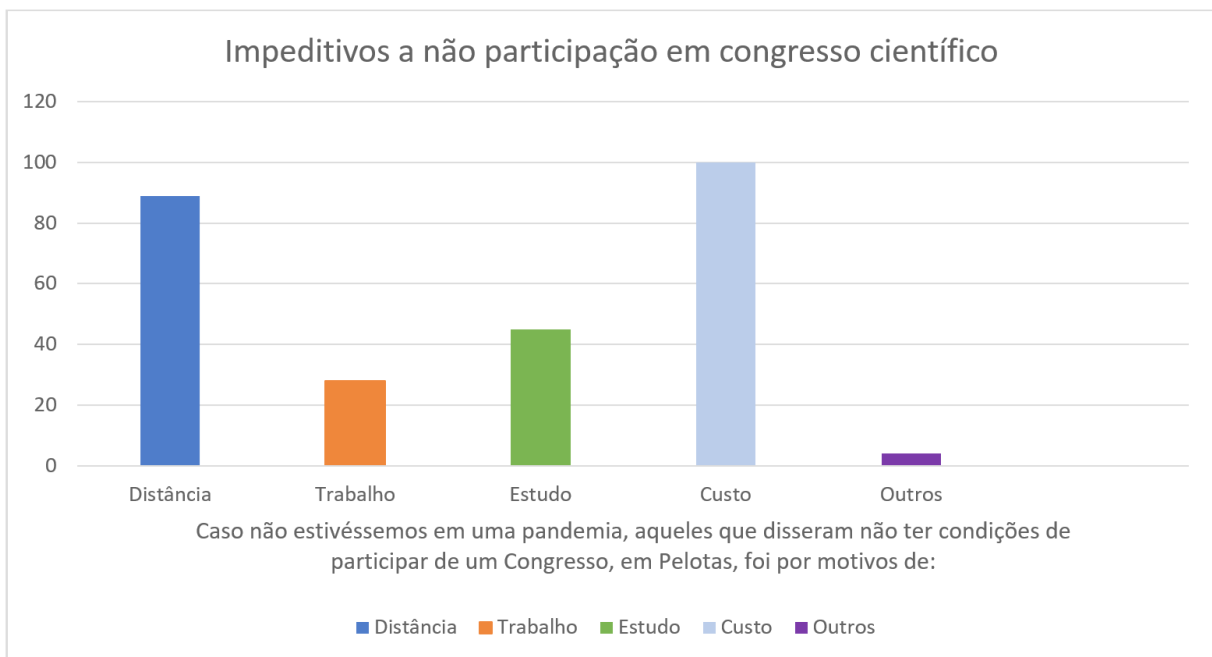
<b>VARIÁVEIS</b>	<b>N</b>	<b>%</b>
<b>Você já participou de algum congresso científico presencial?</b>		
Sim	123	67
Não	61	33
<b>Caso nunca tenha participado, qual o motivo?</b>		
Distância	24	20
Compromissos de trabalho	11	9
Compromissos com estudo	11	9
Custos	40	34
Falta de oportunidade	29	25
Outros	3	3
<b>Se você já participou de eventos presenciais, precisou superar alguma das seguintes dificuldades para participar?</b>		
Distância	77	26
Compromissos de trabalho	35	12
Compromissos com estudo	73	25
Custos	100	34
Outros	9	3
<b>Caso este evento fosse mais caro, marque o limite do valor que você pagaria por um evento on-line</b>		
Até R\$ 50,00	120	65
Entre R\$ 50,00 e R\$ 100,00	48	26
Mais que R\$ 100,00	16	9
<b>Por qual motivo principal não pagaria mais do que R\$ 50,00 reais?</b>		
Não tenho como pagar	82	51
Não tenho interesse em pagar	5	3
Não tenho interesse na área/assunto	2	1
Porque acho caro para esse tipo de evento	73	45

**Fonte:** Autores

Ao serem questionados se teriam condições de comparecer, presencialmente, ao “I Congresso Online da LAGO-UFPEL”, em Pelotas, caso não estivéssemos em uma pandemia, 65,2% responderam que não poderiam ir e, entre esses, 38% relataram como motivos as despesas envolvidas e 32% a distância como obstáculo (Fig. 1 e 2).

**Figura 1** – Variável avaliativa da disponibilidade de participação em evento presencial

Fonte: Autores

**Figura 2** – Variável avaliativa da acessibilidade em evento presencial

Fonte: Autores

Do total de pessoas avaliadas, 67% responderam que já foram a um congresso científico presencial. Ao serem indagadas se o “I Congresso Online da LAGO-UFPel” fosse mais caro, qual seria o limite de valor que pagariam por um evento online e 65% não disporia mais do que R\$ 50,00 para arcar com esse gasto e 51% disseram que não tem como pagar esse valor, no entanto, 9% pagariam mais do que R\$ 100,00 por esse evento (Tab. 2).



## DISCUSSÃO

Neste artigo foi possível o questionamento de um assunto difícil de ser abordado: as limitações econômicas, um dos principais fatores que interferem para que graduandos não tenham acesso a eventos científicos, como congressos médicos. Salientamos, com isso, a necessidade de ações afirmativas, ao incentivarmos valores mais acessíveis nos ingressos e inscrições como um elemento facilitador a esse acesso.

Dos participantes que responderam à ferramenta de pesquisa, 33% disseram nunca ter frequentado algum congresso médico presencial e, em uma das principais respostas, (34% deles) disseram não ter participado por motivos financeiros, resposta essa que já era esperada, conhecendo a realidade de que as dificuldades materiais atrapalham o discente no acesso a essa parte da educação incluída no conhecimento extracurricular (PAULA, 2017). Muitas vezes esses eventos acontecem em outra cidade, sobretudo nas grandes organizações estaduais ou nacionais, demandando do interessado arcar com as despesas do ingresso, o qual, usualmente, não é barato - alguns deles custando a metade do valor de um auxílio estudantil ou de uma bolsa oferecido pelas universidades – além das passagens aéreas ou terrestres, hospedagem, alimentação e todos esses gastos gera uma oneração considerável na renda mensal de muitos estudantes, dos quais alguns dependente de auxílios estudantis (SANTOS, 2012).

Na mesma perspectiva, dos 67% ouvintes que já frequentaram um congresso, mais de um terço alegaram que tiveram de enfrentar dificuldades com custos para poderem atualizarem-se em um evento científico. Muitas dessas pessoas dependem dos pais e outras trabalham, considerando que a maioria desses estudantes trabalhadores são das classes econômicas mais baixas (VARGAS; PAULA, 2013) e, em sua grande maioria, vivem com as despesas da família contadas. Considera-se que, com as cotas, muitos estudantes passaram a ter acesso a cursos que ainda são elitizados em nosso país, como a medicina (PINTO, 2004), área essa que demanda constante atualização no conhecimento e, por isso, alguns discentes esforçam-se para poder estar presente nesses eventos, mesmo que isso demande um orçamento mais apertado naquele mês.

Outra variável que corroborou com as expectativas de resposta deste estudo, assim como das variáveis já expostas, e se eles participariam, presencialmente, do “I Congresso Online da LAGO-UFPEL”, 65% disseram que não, sendo que desse total 38% manifestaram que questões financeiras os impediriam de ir, ao passo que outro considerável motivo foi de que 32% via a distância um obstáculo a ser enfrentado. Devemos considerar as histórias dos discentes, seja de sucesso, seja de fracasso, na inserção dele no ensino superior, contextualizando questões pessoais e institucionais em suas inserções sociais, culturais e econômicas (MAGALHÃES, 2013). Ainda que a distância tenha sido elencada como uma segunda dificuldade em participar de um congresso médico presencial, é um ponto importante a refletir.

A falta de dinheiro corrobora com a lacuna de inclusão em nosso país e isso podemos avaliar em vários âmbitos de nossa sociedade e, mesmo com ações afirmativas que buscam a permanência do aluno em universidades, ainda é difícil o aluno permear caminhos necessários e, muitas vezes, fundamentais para o seu desenvolvimento acadêmico, agregando também que a integração social é um cofator considerável para a permanência do discente no curso pleiteado (MAGALHÃES, 2013). Ações como a redução nos valores de ingressos de eventos científico, podem facilitar a participação de discentes em solenidades importantes e isso pode ser ratificado nos 51% dos inscritos que responderam aos questionários, os quais disseram que não teriam como pagar eventos com o valor maior do que R\$ 50,00, mesmo que ele fosse on-line; modalidade que não demandaria pagamento com hotel, passagem ou alimentação; haja visto que essa quantia não é um valor considerável ao ser comparado com o total gasto caso fosse em um evento presencial,

no entanto, esse valor pode ser muito para àqueles que dependem dos auxílios estudantis. Ainda sobre custo, 45% dos ouvintes disseram que não pagariam mais do que R\$ 50,00 por acharem caro para um evento on-line. Então, se quase a metade da amostra relata que acha caro pagar mais do que R\$ 50,00 em um evento online, quiçá gastar mais de R\$ 1.000,00 com um congresso médico presencial (valor aproximado de um salário-mínimo, na data desse evento).

A taxa de resposta do questionário foi baixa (18%). No momento da organização dessa pesquisa foram discutidas as facilidades e dificuldades de aplicar esse questionário on-line. Foi considerado que, pela época em que vivemos, onde o excesso informações e de eventos on-line está fatigando as pessoas, pode ter interferido no fato de que apenas cerca de um quinto dos inscritos respondeu ao questionário, mesmo após três diferentes estratégias de envio dos questionários. Igualmente, muitas pessoas se atem muito rapidamente as mensagens de e-mail ou mesmo não tem o hábito de utilizá-lo como ferramenta diária, outras evitam abrir mensagens com endereços desconhecidos – tanto via e-mail quanto via *WhatsApp*. Outra possibilidade de não resposta poderia ser a dificuldade em relatar limitações financeiras, refletindo um ambiente cultural onde esse assunto “não seria adequado” e muitas pessoas estabelecem assim um “pacto do silêncio” para não demonstrar suas fragilidades econômicas.

## CONCLUSÃO

No que tange as ações afirmativas como ferramenta de inclusão àqueles que necessitam dessa ajuda, é importante defender essa política dentro das instituições de ensino superior e na sociedade como um todo. Embora acreditemos que muitas pessoas deixam de estarem incluídas em alguns eventos, como no ensino acadêmico, por motivos financeiros, os dados estatísticos sobre a dificuldade no acesso às atividades extracurriculares, por motivos financeiros, são escassos. Entendemos como necessário que os gestores, que trabalham com educação, estejam atentos a essas fragilidades, pois aumentando as oportunidades de acesso a eventos científicos - sejam eles simpósios, cursos ou congressos - mais discentes conseguirão se atualizar e melhorar o conhecimento na sua área de atuação, o que a longo prazo implicará em formação profissional de melhor qualidade. Em sociedades culturalmente mais desenvolvidas, com maior empatia e acessos mais equilibrados, as ações afirmativas darão lugar à equidade.

## REFERÊNCIAS

ARRUDA, E. P. Educação remota emergencial: elementos para políticas públicas na educação brasileira em tempos de Covid-19. **Em rede. Revista de Educação à Distância**, v. 7, n. 1, p. 257–275, 2020.

BELLETATI, V. C. F. **Dificuldades de alunos ingressantes na universidade pública**: indicadores para reflexões sobre a docência universitária. [São Paulo]: Universidade de São Paulo, 2011.

BRASIL. Casa Civil. **Decreto no 7.234, de 19 de julho de 2010**. Programa Nacional de Assistência Estudantil - PNAES. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7234.htm). Acesso em: 26 mar. 2021a.

BRASIL. Casa Civil. **Decreto no 7.416, de 30 de dezembro de 2010**. Regulamenta os arts. 10 e 12 da Lei nº 12.155, de 23 de dezembro de 2009, que tratam da concessão de bolsas para desenvolvimento de atividades de ensino e extensão universitária. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2010/decreto/d7416.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/d7416.htm). Acesso em: 26 mar. 2021b.

BRASIL. Casa Civil. **Lei no 12.711, de 29 de agosto de 2012.** Ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e outras providências. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm). Acesso em: 26 mar. 2021.

BRITO, F. Demographic transitions and social inequalities in Brazil. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 25, n. 1, p. 5–26, 2008.

GONÇALVES, N. G. Indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão: um princípio necessário. **Perspectiva**, v. 33, n. 3, p. 1229–1256, 2015.

MAGALHÃES, M. de O. Sucesso e fracasso na integração do estudante à universidade: um estudo comparativo. **Revista Brasileira de Orientação Profissional**, v. 14, n. 2, p. 215–226, 2013.

NOGUEIRA, M. das D. P. **Políticas de extensão universitária brasileira.** Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2005.

PAULA, M. de F. C. de. Políticas de democratização da educação superior brasileira: limites e desafios para a próxima década. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior**, Campinas, v. 22, n. 2, p. 301–315, 2017.

PINTO, J. M. de R. O acesso à educação superior no Brasil. **Educação e Sociedade**, v. 25, n. 88, p. 727–756, 2004.

RODRIGUES, A. L. L. *et al.* Contribuições da extensão universitária na sociedade. **Cadernos de Graduação - Ciências Humanas e Sociais**, v. 1, n. 16, p. 141–148, 2013.

SANTOS, J. T. dos. Ações afirmativas e educação superior no Brasil: um balanço crítico da produção. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 93, n. 234, p. 401–422, 2012.

VARGAS, H. M.; PAULA, M. de F. C. de. A inclusão do estudante-trabalhador e do trabalhador-estudante na educação superior: desafio público a ser enfrentado. **Avaliação: Revista da Avaliação da Educação Superior**, Campinas, v. 18, n. 2, p. 459–485, 2013.

**Data de recebimento:** 29/04/2021

**Data de aceite para publicação:** 07/06/2021